

Ofício Gabinete nº 186/2016

Araucária, 08 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor

**WILSON ROBERTO DAVID MOTA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

**Assunto:** Projeto de Lei 1.903 – “Dá nova redação à alínea “a” do art. 2º e ao art. 3º da Lei 855/92, ao Anexo único da Lei 856/92, e revoga o art. 6º e o §4º da Lei 862/92, alterado pela Lei 1272/2001, conforme especifica.”.

Senhor Presidente:

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação o **Projeto de Lei nº 1.903/2016**, que “dá nova redação à alínea “a” do art. 2º e ao art. 3º da Lei 855/92, ao Anexo Único da Lei 856/92, e revoga o art. 6º e o §4º da Lei 862/92, alterado pela Lei 1272/2001, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal Brasileira, art. 110, do CTN e art. 5º, incisos I e II e art. 56, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, atendendo ao contido no processo administrativo 02796/2016.

A taxa de vistoria de segurança com a publicação da Lei Estadual nº 13.976/2002, passou a compor a receita do Estado do Paraná e, conseqüentemente, deixou de compor a receita do Município de Araucária. Todavia, mantendo-se a taxa de combate à incêndio sobre a competência municipal.

O presente Projeto também visa a alteração do índice da taxa de combate a incêndio. Retira a UPF.AR-Unidade Padrão Fiscal de Araucária, revogada pelo Código Tributário Municipal de 1997, e a substitui pelo índice de preços ao consumidor – Ipardes (IPC/Ipardes), conforme Lei Municipal nº 1.458/2003.

Este Projeto também retira da Lei os limitadores máximos para cobrança da taxa de combate à incêndio. Com base na metragem máxima de edificação, o resultado demonstra que o limitador trata de maneira desproporcional contribuintes cujos potencial de risco são absolutamente díspares e, assim, acabar por afrontar o princípio da isonomia.

A lei que se busca traz como limite máximo para edificação residencial 5.000m². Difícilmente uma residência alcança tamanha metragem. Por outro lado, o máximo para edificação para indústria é de 6.250m². Difícilmente uma indústria não ultrapassa esta metragem. A título de exemplo, a edificação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) em Araucária supera os 400.000m², mas taxa máxima a ser cobrada dele limita-se a 6.250m².

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei, **em caráter de urgência**, na forma estabelecida no artigo 42, § 1º da Lei Orgânica do Município de Araucária.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**RUI SÉRGIO ALVES DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

Prot. nº 1984/16  
recd. em 09/09/16

**Samuel Almeida da Silva**  
Diretor Jurídico

**PROJETO DE LEI Nº 1.903/2016**

**Súmula:** "Dá nova redação à alínea "a" do art. 2º e ao art. 3º da Lei 855/92, ao Anexo único da Lei 856/92, e revoga o art. 6º e o §4º da Lei 862/92, alterado pela Lei 1272/2001, conforme especifica."

redação:

**Art. 1º.** A alínea "a" do Art. 2º da Lei 855/92, passa a vigorar com a seguinte

"Art. 2º ...

a) Receitas integralmente arrecadadas provenientes de Taxas de Combate a Incêndio, e oriundas de créditos inscritos em dívida ativa originárias deste tributos e das Taxas de Vistoria."

**Art. 2º.** O art. 3º da Lei 855/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os recursos provenientes da arrecadação das Taxas de Combate a Incêndio serão disponibilizado em valor equivalente pelo Poder Executivo ao Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná - FUNREBOM, o qual movimentará conta bancária especial através de dotação orçamentária especificamente vinculada à fonte de recursos designada em Plano de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE – Pr."

**Art. 3º.** Revoga-se o Anexo Único da Lei 856/1992, citado no art. 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Esta Taxa será calculada em função da área edificada ou não e devida anualmente conforme tipos de utilização, sendo:

I. RESIDENCIAL: Edificação igual ou acima de 60,01 m², por metro quadrado edificado e ao ano.....0,30% do valor de R\$ 45,86.

II. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTADORES DE SERVIÇOS, por metro quadrado edificado e ao ano .....0,40 % do valor de R\$ 45,86.

III. Outros tipos de utilização não especificados acima, por metro quadrado e ao ano .....0,40 % do valor de R\$ 45,86.

§ 1º. O valor base para cálculo da taxa de combate a incêndio em vigor no exercício de 2016, será corrigido anualmente pelo IPC do Iparides, mediante decreto Municipal.

§ 2º. A taxa será lançada em nome do sujeito passivo e será arrecadada juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)."

**Art. 4º.** Fica revogado o art. 6º da Lei 862/92, alterado pela Lei 1272/2001.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Araucária, 08 de setembro de 2016.

  
**RUI SÉRGIO ALVES DE SOUZA**  
Prefeito Municipal